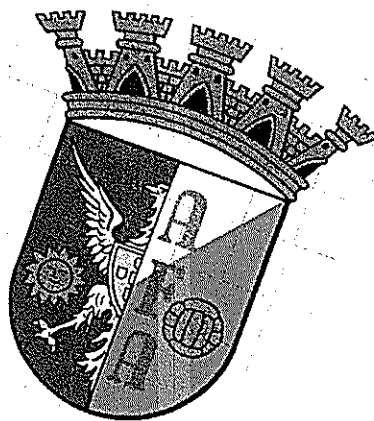


2017

Associação de Futebol de Aveiro



Conselho
de Arbitragem

2018

normas de
classificação
futebol

Aprovadas
na reunião de
Direção do CA
de 25 de julho
de 2017



ÍNDICE

I CAPÍTULO - NORMAS GENÉRICAS	3
II CAPÍTULO - CLASSIFICAÇÃO dos ARBITROS da CATEGORIA C3, C4 e CJ.....	3
1 - CRITÉRIOS	3
2 - PONTUAÇÃO DA PROVA ESCRITA E FÍSICA	4
3 - SANÇÕES DISCIPLINARES	6
4 - DETERMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO FINAL	6
5 - ÁRBITROS JOVENS	7
III CAPÍTULO - CLASSIFICAÇÃO DOS OBSERVADORES	7
1 - CRITÉRIOS	7
2 - SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DOS OBSERVADORES	7
3 - PENALIZAÇÕES	8
4 - SANÇÕES DISCIPLINARES	8
5 - DETERMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO FINAL	8



No pressuposto das competências exclusivas definidas nos Estatutos da Associação de Futebol de Aveiro, bem como do Regulamento de Arbitragem em vigor, são publicadas as presentes Normas de Classificação para a Época 2017- 2018.

I CAPÍTULO NORMAS GENÉRICAS

1. Para efeitos classificativos, os árbitros das categorias C3 ao abrigo das presentes normas têm de realizar 3 (três) provas físicas e 4 (quatro) provas escritas sobre Leis de Jogo e Regulamentos;

2. Para efeitos classificativos, os árbitros das categorias C4 e os árbitros assistentes que integrem equipas dos quadros nacionais e do C3 Avançado classificados ao abrigo das presentes normas têm de realizar 3 (três) provas físicas e 3 (três) provas escritas sobre Leis de Jogo e Regulamentos; os árbitros e árbitros assistentes das demais categorias têm de realizar as 2 (duas) primeiras provas físicas e as 2 (duas) primeiras provas escritas.

3. O observador tem de realizar 3 (três) provas escritas sobre Leis de Jogo, Regulamentos e 3 (três) testes escritos práticos de elaboração de um relatório técnico de Observação, após visionamento de parte de um jogo, ou clips de jogos, ou por apontamentos para relatório.

4. Caso o mesmo não aconteça fica o elemento referido nos n.ºs 1 e 2 sem classificação, salvo entendimento em contrário do CA.

5. A insuficiência de elementos classificativos recolhidos durante a época, para apuramento da classificação final, determinará a baixa de categoria.

6. Pode não ser aplicada a norma referida no número anterior desde que tal insuficiência resulte de incapacidade para atuar por motivo de saúde, lesão (em jogo oficial) ou gravidez, comprovada por relatório médico, e por deliberação do Conselho de Arbitragem da Associação de Futebol de Aveiro (doravante designado por CA da AFA).

7. No que respeita a reclamações e recursos sobre o teor dos relatórios técnicos dos observadores, da correção dos testes escritos e dos resultados das provas físicas, o CA da AFA é considerada como última instância.

8. Para efeitos de validação da classificação do relatório técnico do observador, considera-se como mínimo a conclusão da primeira parte do respetivo jogo.

9. O CA da AFA pode, a todo o momento, solicitar parecer à Comissão de Apoio Técnico, de qualquer situação técnica que entenda, com as eventuais repercussões classificativas sobre os agentes de arbitragem envolvidos, como se de uma reclamação se tratasse.

10. Qualquer tentativa, concretizada ou não, de utilização de meios ilícitos em qualquer das provas classificativas mencionadas nas presentes normas, acarretará a anulação da prova em causa, considerando-se para todos os efeitos que a mesma não foi atingida. Por exemplo, se em qualquer das provas escritas for detetada a utilização de qualquer documento ou equipamento que não tenha sido expressamente autorizado, a referida prova será anulada e considerar-se-á como tendo obtida a classificação de zero (0) na mesma.

11. Nos casos de igualdade pontual na classificação final, será utilizado o critério da idade mais baixa. Se ainda assim subsistir empate será usado o critério de maior antiguidade na categoria em causa.

12. As árbitras do quadro feminino da FPF que pretendam candidatar-se ao curso de formação avançada de nível 2 deverão manifestar a sua pretensão para o efeito até à data da realização da primeira ação de avaliação. Estarão sujeitas aos mesmos critérios de classificação e avaliação que os árbitros do quadro C3.

13. Os árbitros assistentes que pretendam candidatar-se ao Seminário Específico de Árbitro Assistente Especialista deverão manifestar a sua pretensão para o efeito até à data da realização da segunda ação de avaliação.

14. Os árbitros assistentes de árbitros dos quadros nacionais e do C3 Avançado só poderão realizar jogos dos campeonatos nacionais se obtiverem no teste escrito um mínimo de 70 (setenta) pontos, e no teste físico realizem dentro dos tempos permitidos a prova de velocidade e completem um mínimo de 10 voltas na prova de resistência.

15. Os casos omissos serão resolvidos pelo CA da AFA.

II CAPÍTULO - CLASSIFICAÇÃO DOS ÁRBITROS DAS CATEGORIAS C3, C3b, C4, C4b, C5

A classificação dos árbitros é atribuída de acordo com os seguintes critérios:

1 - CRITÉRIOS

1.1 - Pontuação atribuída em função dos relatórios dos Observadores, depois de corrigida pelos respetivos coeficientes, bem como pelos pareceres da Comissão de Apoio Técnico quando esta tenha sido chamada a pronunciar-se e haja alterado a classificação atribuída, após aprovação pelo CA da AFA.

1.2 - Bonificações:

1.2.1 - Os árbitros que durante a época compareçam às ações de formação obrigatórias,



convocadas pelo CA da AFA, serão bonificados em 0,10 por cada ação, até um máximo de 0,50 pontos, a atribuir diretamente à média final.

1.2.2 - Os árbitros que durante a época não compareçam a qualquer uma das ações de formação obrigatórias serão penalizados em 0,10 por cada falta, a não ser que apresentem justificação atendível, sendo que, neste caso, a bonificação será neutra (zero).

1.2.3 - Os árbitros poderão ser submetidos a um teste psicotécnico e/ou de inglês, em data a designar pelo CA da AFA, com o respetivo resultado a ser expresso nos escalões A, B, C e D, sendo o que será atribuída ao A uma pontuação entre os 90 e os 100 pontos, ao B entre os 75 e 89 pontos, ao C entre os 60 e os 74 pontos e ao D até aos 59 pontos. A quem obtiver o A será atribuída uma bonificação de 0,10, o B terá uma bonificação neutra, o C uma penalização de 0,10 e o D uma penalização de 0,20, todas aplicadas diretamente à pontuação final.

1.3 - A pontuação é atribuída mediante:

a) Quatro (4) provas escritas e três (3) testes físicos prestados pelos árbitros da categoria C3 ao longo da época;

b) Três (3) provas escritas e três (3) testes físicos prestados pelos árbitros da categoria C4 e árbitros assistentes das categorias C3 e C4 ao longo da época;

c) Duas (2) provas escritas e dois (2) testes físicos prestados pelos árbitros e árbitros assistentes das categorias C3b, C4b e C5 ao longo da época.

1.4 - Determinação do Coeficiente do Observador.

O Coeficiente do Observador (CO) é obtido pela fórmula $CO = MG / MO$, em que MG é a média aritmética geral das pontuações atribuídas por todos os observadores e MO a média aritmética das pontuações atribuídas pelo Observador.

1.5 - O árbitro(a) pode ser observado(a) em qualquer jogo realizado no âmbito das competições de seniores e de juniores A da AFA.

1.6 - Para efeitos de classificação final, o árbitro do quadro C3 será alvo de dois (2) momentos de classificação:

1.6.1 - O 1º momento classificativo, após a segunda prova de avaliação e classificação, onde serão apurados os 12 candidatos ao Curso de Formação Avançada Nível II, escalonados por grupos da seguinte forma: 4 com idade inferior a 34 anos; 4 com idade inferior a 29 anos e 4 com idade inferior a 26 anos;

1.6.2 - O 2º momento classificativo, correspondente à classificação final, onde serão escolhidos de entre os 12 candidatos, referidos no ponto 1.6.1, os árbitros a indicar ao Curso de Formação Avançada Nível II, sendo excluídos aqueles que tiverem média dos testes escritos inferior a 70 pontos.

1.6.3 - Para efeitos de elementos classificativos do 1º momento classificativo o árbitro do quadro C3 deve ser observado em três (3) jogos.

1.7 - Para efeitos de classificação final, os árbitros do quadro C3 incluídos no grupo dos 12 candidatos devem ser observados em seis (6) jogos (3 Observações até ao 1º momento classificativo e 3 no segundo momento).

1.8 - Para efeitos de classificação final os demais árbitros do quadro C3 devem ser observados em 4 jogos (3 Observações até ao 1º momento classificativo e 1 após esse momento).

1.9 - Uma das observações referidas no ponto 1.7 pode ser realizada por um grupo de observadores designado pelo CA AFA, com recurso a imagens da AFATV.

1.10 - Para efeitos de classificação final o árbitro do quadro C4 deve ser observado em pelo menos três (3) jogos e no máximo em quatro (4) jogos.

1.11 - Os árbitros dos quadros C3b, C4b e C5 não ficam sujeitos a observações classificativas, podendo, no entanto, ser observados pontualmente, com caráter informativo.

1.12 - A integração no quadro C3 fica reservada aos árbitros que apresentem comprovativo/certificação de conclusão do 12º ano (mínimo) ou que se encontrem a frequentar o mesmo e desde que possam apresentar comprovativo da sua conclusão até à data limite fixada pelo CA FPF para indicação dos candidatos a frequentar o Curso de Formação Avançada de Nível 2 da FPF.

1.13 - Arbitram nos campeonatos distritais de seniores prioritariamente os árbitros dos quadros C3, C3b e C4 que obtiverem no teste escrito a pontuação igual ou superior a 60 pontos, e que realizem, obrigatoriamente, o teste físico dentro dos tempos permitidos para a prova de velocidade e completem um mínimo de 10 voltas na prova de resistência.

1.14 - Qualquer reclamação sobre o preenchimento do relatório do observador ou da classificação dos testes escritos, deverá efetuar-se no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a receção da notificação ou disponibilização da informação, para o CA da AFA, que os submeterá a parecer da Comissão de Análise e Recurso. Para este efeito o CA da AFA é o último recurso.

1.15 - As reclamações sobre o relatório técnico do observador com base em imagens apenas serão aceites desde que seja exibida a totalidade do jogo e, neste caso, a nota poderá sofrer alterações se e quando a CAR entender haver matéria para tal.

1.16 - Na segunda reclamação que o árbitro faça do relatório do observador em que não lhe seja dada razão, ser-lhe-á atribuída uma penalização de 0,10 pontos, aplicados diretamente à classificação final.

1.17 - A partir da terceira reclamação que o árbitro faça do relatório do observador em que não lhe seja dada razão, ser-lhe-á atribuída uma penalização de 0,30 pontos, aplicados diretamente à classificação final.



2 - PONTUAÇÃO DA PROVA ESCRITA E FÍSICA

2.1 - Prova Escrita

2.1.1 - A pontuação, conforme a categoria, de 4 (quatro), 3 (três) ou 2 (dois) testes escritos sobre as Leis do Jogo e regulamentos (de 0 a 100 pontos) será reconvertida numa nota semelhante à de um relatório técnico, pela aplicação do coeficiente de 0,01.

2.1.2 - A nota final é a resultante da média aritmética dos quatro (4) ou três (3) testes, conforme os casos.

2.1.3 - Se não obtiver 70 pontos considera-se que falhou a Prova Escrita.

Exemplo 1:

1º. Teste = 91 pontos ($91 \times 0,1 = 9,1$ pontos)

2º. Teste = 95 pontos ($95 \times 0,1 = 9,5$ pontos)

3º. Teste = 86 pontos ($86 \times 0,1 = 8,6$ pontos)

4º. Teste = 86 pontos ($79 \times 0,1 = 7,9$ pontos)

Assim, $(9,1 + 9,5 + 8,6 + 7,9) / 4 = 8,775 = 8,8$

Logo, a nota final a atribuir pelos quatro testes escritos é de 8,8.

Exemplo 2:

1º. Teste = 75 pontos ($75 \times 0,1 = 7,5$ pontos)

2º. Teste = 57 pontos ($57 \times 0,1 = 5,7$ pontos)

3º. Teste = 80 pontos ($80 \times 0,1 = 8,0$ pontos)

Assim, $(7,50 + 5,7 + 8,0) / 3 = 7,0666 = 7,1$

Logo, a nota final a atribuir pelos três testes escritos é de 7,1.

2.2 - Prova Física

A Prova Física a realizar 3 (três) vezes por época, com carácter classificativo, é a que se encontrar em vigor na altura da prestação da prova, aplicando-se os tempos e distâncias mencionados nas presentes normas.

2.2.1 - Para árbitros, a Prova de Velocidade é composta por 6 (seis) sprints de 40 (quarenta) metros com 1'00" (um minuto) de recuperação entre cada sprint; para árbitros assistentes, a Prova de Velocidade é composta por 5 (cinco) sprints de 30 (trinta) metros com 0'30" (trinta segundos) de recuperação entre cada sprint

Tempo máximo: 6,2" para árbitros.

Tempo máximo: 4,9" para árbitros assistentes.

Tempo máximo: 5,3" para árbitras candidatas ao seminário específico de futebol feminino.

a) Se cair ou tropeçar durante 1 (um) sprint poderá repetir o sprint (1x40m) ou (1x30m);

b) Se não cumprir o tempo de 1 (um) dos 6 (seis) ou 1 (um) dos 5 (cinco) sprints será dada nova oportunidade (1x40m) ou (1x30m).

c) A repetição relativa às alíneas a) e b) será efetuada após o sexto e último sprint;

d) Se não cumprir o tempo de 2 (dois) sprints considera-se que falhou a Prova Física;

e) Se se lesionar no decorrer dos sprints considera-se que falhou a Prova Física, salvo avaliação clínica em contrário, a realizar por médico ou fisioterapeuta presente.

2.2.2 - Prova de Resistência

a) Os árbitros devem completar 40 intervalos de 75 m de corrida / 25 m a caminhar. Isto equivale a 4.000m ou 10 voltas a uma pista de corrida de 400m. O ritmo é ditado pelo ficheiro áudio e os tempos referência são estabelecidos de acordo com a categoria do árbitro. Se não estiver disponível um ficheiro áudio, um instrutor de educação física experiente deve usar um cronómetro e um apito.

b) Para árbitros e árbitros assistentes, cada corrida de 75 metros deve ser percorrida num máximo de 15" (quinze segundos), enquanto os 25 metros a caminhar terão uma duração de 22" (vinte e dois segundos).

c) Para árbitras, cada corridas de 75 metros deve ser percorrida num máximo de 17" (dezassete segundos), enquanto os 25 metros terão uma duração de 24" (vinte e quatro segundos).

d) Se não atingir a zona de caminhar dentro do tempo regulamentar uma vez será advertido;

e) Se não atingir a zona de caminhar dentro do tempo regulamentar pela segunda vez ser-lhe-á exibido o cartão vermelho, considerando-se que falhou a prova;

f) Se não cumprir 10 (dez) voltas à pista considera-se que falhou a Prova Física;

g) Se se lesionar no decorrer da prova considera-se que falhou a Prova Física, salvo avaliação clínica em contrário, a realizar por médico ou fisioterapeuta presente.

2.2.3 - Pontuação

A pontuação do teste físico será reconvertida numa nota semelhante à de um relatório técnico adicional. A nota final é a resultante da média aritmética dos três testes:

a) Prova Falhada - equivalente a uma nota de 6,9.

b) Prova Efetuada com 10 voltas à pista - equivalente a uma nota de 9,0

Exemplo:

1º. Teste = sprints com uma falha = 8,4 pontos (equivalente à nota Bom do relatório de avaliação)

2º. Teste = 2 (dois) sprints falhados, equivalente a nota de 6,9

3º. Teste = sprints sem falhas + 9,0 pontos (equivalente ao equivalente à nota Excelente do relatório de avaliação)

Assim, temos $(8,4 + 6,9 + 9,0) / 3 = 8,1$

Logo, a nota final a atribuir pelos dois testes físicos é de 8,1.

2.3 - Prova Não Concluída

2.3.1 - O árbitro ou árbitro assistente que na prova escrita obtenha pontuação inferior a 60 (sessenta)



pontos ou nas provas físicas não as conclua nos tempos e distâncias exigidos, pode ser suspenso da atividade até à prestação de novas provas, o mesmo acontecendo àquele que apresente justificação médica.

2.3.2 - Se na prova de repetição se voltar a verificar o não cumprimento da pontuação mínima / tempo e distância exigidos / não conclusão, o árbitro ou árbitro assistente pode ficar impedido de atuar até à próxima ação de avaliação ou até ao final da época (no caso da 3ª ação de avaliação).

2.3.3 - Para efeitos (classificativos) do previsto em 2.1 e 2.2 é considerado o resultado do 1º teste escrito / prova física realizado, sendo que o resultado da repetição apenas será considerado para efeitos de habilitação para retomar a atividade.

2.3.4 - Nos casos em que não se torne possível a realização da prova de repetição, considera-se que a prova não foi realizada, aplicando-se o previsto no ponto 2.4.1.

2.4 - Prova Não Realizada.

2.4.1 - Quando, por motivo de saúde ou lesão, o árbitro ou árbitro assistente não realizar a prova física e/ou escrita regulamentar, é-lhe atribuída a nota de 6,9 pontos.

2.4.2 - Se o impedimento respeitar à primeira prova regulamentar, considera-se que não a realizou se esse impedimento se mantiver até ao dia anterior da realização da segunda, aplicando-se a mesma situação em relação à terceira prova.

2.4.3 - Se o impedimento respeitar à terceira prova regulamentar, considera-se que não a realizou se esse impedimento se mantiver até à última jornada das competições organizadas pela AFA.

3 - SANÇÕES DISCIPLINARES

3.1 - Incorrem em infrações disciplinares os árbitros que durante a época desportiva faltem aos jogos para os quais estão nomeados, infrinjam as regras técnicas e disciplinares emergentes das leis do jogo, do regulamento de arbitragem, bem como com o seu comportamento ponham em causa as boas práticas de conduta e ética desportiva.

Exemplos:

- a) Falta de comparência ao jogo.
- b) Falta de envio de SMS para o CAAFA a confirmar a nomeação e no final dos jogos com o resultado.
- c) Atraso no início de jogo da sua exclusiva responsabilidade.
- d) Envio do relatório do jogo depois do primeiro dia útil após a realização do jogo.
- e) Preenchimento dos relatórios dos jogos, com deficiências e deturpação da verdade desportiva.
- f) Cometer erros técnicos.
- g) Pedidos de dispensa de atuação entregues fora de prazo, ou seja, com menos de 10 dias de antecedência e sem motivo atendível pelo CA da AFA.

h) Violação das regras de sigilo e confidencialidade a que estão obrigados.

i) Arbitrar jogos à revelia do CA da AFA.

j) Emitir qualquer opinião pública, nomeadamente através das redes sociais da internet, sobre as competições distritais, sobre os clubes que nela intervenham e sobre qualquer matéria relacionada com a arbitragem.

k) Outra infração de relevo que o CA da AFA considere digna de registo e de punição disciplinar.

3.2 - As infrações previstas nas alíneas a), e), f), h), i), resultam em penalizações numa pontuação gradual, conforme a natureza da infração e a sua repetição, de 0,5 a 1 pontos. As restantes alíneas resultam em penalizações numa pontuação gradual de 0,1 a 0,25 pontos.

3.3 - As decisões do Conselho de Disciplina e Conselho Jurisdicional da AFA, transitadas em julgado, terão as seguintes penalizações:

- Suspensão até 30 dias, - 0,1 ponto
- Suspensão superior a 30 dias e até 90 dias, - 0,5 pontos
- Suspensão superior a 90 dias, - 1 pontos

3.4 - Informação das Penalizações:

3.4.1 - Sempre que algum árbitro seja penalizado, nos termos dos pontos, 3.1, 3.2, 3.3, será o mesmo informado dos motivos e das razões do facto que motivaram a sua penalização.

4 - DETERMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO FINAL

4.1 - A pontuação média final resulta da combinação das pontuações de todas as observações feitas em jogos com as notas resultantes em cada um dos testes escritos e dos testes físicos e as penalizações resultantes das sanções disciplinares.

4.2 - À pontuação final serão subtraídas as penalizações resultantes das sanções disciplinares.

4.3 - A Pontuação Momento 1 (PM1) C3 é encontrada através da fórmula $PM1 = (2 \times PMO + 2 \times PES + PFI) / 5 + \text{bonificação} - PE$, sendo PMO o resultado obtido após a pontuação média das Observações, corrigidas pelo coeficiente do observador, dividida pelo número de jogos observados e o grau de dificuldade da nomeação, PES o resultado obtido em cada uma das provas escritas, PFI o resultado obtido nas provas físicas e PE as penalizações resultantes de sanções disciplinares.

4.4 - A pontuação Momento 2 (PM2) C3 é encontrada através da fórmula $PM2 = (2 \times PMO + 2 \times PES + PFI) / 5 + \text{bonificação} - PE$, sendo PMO o resultado obtido após a pontuação média das Observações, corrigidas pelo coeficiente do observador, dividida pelo número de jogos observados e o grau de dificuldade da nomeação, PES o resultado



obtido em cada uma das provas escritas, PFI o resultado obtido nas das provas físicas e PE as penalizações resultantes de sanções disciplinares.

4.5 - A pontuação Final (PF) de C3 é encontrada através da fórmula $PF = 0,4 PF1 + 0,6 PF2 + \text{bonificação} - PE$, sendo PMO o resultado obtido após a pontuação média das Observações, corrigidas pelo coeficiente do observador, dividida pelo número de jogos observados e o grau de dificuldade da nomeação, PES o resultado obtido em cada uma das provas escritas, PFI o resultado obtido em cada uma das provas físicas e PE as penalizações resultantes de sanções disciplinares.

4.6 - A pontuação final (PF) C4 é encontrada através da fórmula $PF = (3xPMO + 3xPES + PFI) + \text{bonificação} - PE$, sendo PMO o resultado obtido após a pontuação média das Observações, corrigidas pelo coeficiente do observador, dividida pelo número de jogos observados e o grau de dificuldade da nomeação, PES o resultado obtido em cada uma das provas escritas, PFI o resultado obtido em cada uma das provas físicas e PE as penalizações resultantes de sanções disciplinares.

4.7 - A pontuação final (PF) dos árbitros do quadro C3b é encontrada através da fórmula $PF = (2xPES + 2xPFI) + \text{bonificação} - PE$, sendo PES o resultado obtido em cada uma das provas escritas, PFI o resultado obtido em cada uma das provas físicas e PE as penalizações resultantes de sanções disciplinares.

4.8 - A pontuação final (PF) dos árbitros assistentes candidatos ao Seminário Específico de Árbitro Assistente Especialista é encontrada através da fórmula $PF = (3xPES + 3xPFI) + \text{bonificação} - PE$, sendo PES o resultado obtido em cada uma das provas escritas, PFI o resultado obtido em cada uma das provas físicas e PE as penalizações resultantes de sanções disciplinares.

4.9 - Em caso de igualdade na classificação final, será concedida preferência ao elemento de idade inferior.

5 - ÁRBITROS JOVENS

5.1 - Aplicam-se aos Testes Físicos dos árbitros jovens os seguintes tempos:

a. Escalões 14/15 anos

i. Provas Físicas (Masculino):

1. Velocidade - 6 sprints (6,8")

2. Resistência - 6 voltas (30" - 40")

ii. Provas Físicas (Feminino):

1. Velocidade - 6 sprints (7,2")

2. Resistência - 6 voltas (35" - 45")

b. Escalões 16/17 anos

i. Provas Físicas (Masculino):

1. Velocidade - 6 sprints (6,6")

2. Resistência - 8 voltas (30" - 40")

ii. Provas Físicas (Feminino):

1. Velocidade - 6 sprints (7,0")

2. Resistência - 8 voltas (35" - 45")

III CAPÍTULO - CLASSIFICAÇÃO DOS OBSERVADORES

1 - CRITÉRIOS

1.1 - A classificação do Observador incide sobre dois aspetos:

a) A avaliação de conhecimentos sobre leis do jogo e regulamentos;

b) A avaliação de desempenho da sua função.

1.2 - A classificação dos observadores será constituída numa escala de 0 a 90 (zero a noventa).

1.3 - A avaliação de conhecimentos será realizada através de 3 (três) testes escritos realizados no decurso de cada época.

1.4 - A avaliação de desempenho de cada observador é realizada pela análise contínua dos seus relatórios, pela realização de 3 (três) testes práticos no decurso da época e ainda pela avaliação dos testes escritos.

1.5 - A avaliação contínua dos relatórios dos observadores é da competência da Comissão de Apoio Técnico, com base no preenchimento da ficha de avaliação.

1.6 - O teste prático consiste na elaboração de um relatório técnico após visualização de parte de um jogo ou pela elaboração de um vídeo-teste ou pela elaboração de um relatório a partir de apontamentos.

1.7 - A classificação final dos observadores dependerá ainda da subtração dos pontos em que foi penalizado nas fichas de avaliação.

1.8 - Para efeitos de classificação cada observador deverá efetuar um mínimo de 6 (seis) jogos.

2 - SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DOS OBSERVADORES

A classificação dos Observadores é obtida a partir da pontuação máxima de 90 (noventa) pontos, aos quais serão subtraídos os pontos de penalizações dos dois tipos de avaliação seguintes:

2.1 - Avaliação Teórica

A avaliação de conhecimentos sobre leis do jogo e regulamentos será efetuada através de 3 (três) testes escritos sobre as Leis de Jogo.

2.2 - Avaliação Prática

a) Avaliação por parte da CAT de 2 relatórios feitos pelo Observador, com recurso à AFA TV, jogos a decidir pelo CA, e cuja divergência de nota ultrapasse 0,2, cada décima a mais o Observador é penalizado 0,25. Por reclamação dos árbitros e cuja nota seja rectificada



pela CAV, cada décima o Observador é penalizado 0,25.

b) Realização de 3 (três) testes de visionamento de parte de um jogo, ou clips de jogos, através da elaboração de Relatório Técnico de Observação ou de um Vídeo-teste ou pela elaboração de um relatório a partir de apontamentos.

3 - PENALIZAÇÕES

3.1 - Avaliação Teórica

3.1.1 - Testes Escritos (prático e teórico)

Cada teste escrito sofre uma das seguintes bonificações e penalizações:

(Exemplos: bonificação sucessiva e incremental de cinco em cinco a partir dos 70 pontos, (exemplo:

70 = zero; 75 = 0,1; 80 = 0,2; 85 = 0,4; 90 = 0,6; 95 = 0,8; 100 = 1,0).

De modo inverso, haveria penalizações para resultados nos testes abaixo de 70 (exemplo: 65 pontos = -0,2; 60 pontos = -0,4; 55 pontos = -0,6; 50 pontos = -0,8).

3.1.2 - Um teste negativo com nota inferior a 70 (setenta) pontos provoca a suspensão da atividade de observador até à realização de novo teste com nota positiva.

3.1.3 - Se no teste de repetição se voltar a verificar o incumprimento da pontuação mínima exigida, o observador fica impedido de atuar até à próxima ação de avaliação ou até ao final da época caso se verifique na 3ª ação de avaliação.

3.1.4 - No caso previsto no número anterior, para além dos normativos regulamentares aplicáveis, a cada período de inatividade (3 por época) corresponderá uma penalização direta na pontuação final de 0,125 pontos.

3.1.5 - Para efeitos do previsto em 3.1.1, é considerado o resultado do 1º teste realizado, sendo que o resultado da repetição apenas será considerado para efeitos de habilitação para retomar a atividade.

3.2 - Avaliação Prática

3.2.1 - Avaliação do Relatório Técnico, com base numa grelha de correção.

3.3 - Bonificações

Os observadores que durante a época compareçam às ações de formação obrigatórias, convocadas pelo CA da AFA, serão bonificados em 2 pontos por cada ação, até um máximo de 10 pontos, a atribuir diretamente à média final.

4 - SANÇÕES DISCIPLINARES

4.1 - Incorrem em infrações disciplinares os observadores que durante a época desportiva faltem

aos jogos para os quais estão nomeados, infringam as regras técnicas e disciplinares emergentes das leis do jogo, do regulamento de arbitragem, bem como com o seu comportamento ponham em causa as boas práticas de conduta e ética desportiva.

Exemplos:

a) Falta de comparecimento ao jogo.

b) Preenchimento dos relatórios dos jogos, com deficiências e deturpação da verdade desportiva.

c) Pedidos de dispensa de atuação entregues fora de prazo, ou seja, com menos de 10 dias de antecedência e sem motivo atendível pelo CA da AFA.

d) Violação das regras de sigilo e confidencialidade a que estão obrigados.

e) Outras infrações de relevo que o CA da AFA considere dignas de registo e de punição disciplinar.

4.2 - As infrações previstas nas alíneas a) a d), serão penalizadas numa pontuação gradual, conforme a natureza da infração e a sua repetição, de 1 a 3 pontos. As da alínea e), serão penalizadas numa pontuação gradual de 0,5 a 2 pontos.

4.3 - As decisões do Conselho de Disciplina e Conselho Jurisdicional da AFA, transitadas em julgado, terão as seguintes penalizações:

- Suspensão até 30 dias, - 1 ponto

- Suspensão superior a 30 dias e até 90 dias, - 2 pontos

- Suspensão superior a 90 dias, - 3 pontos

4.4 - Informação das Penalizações:

4.4.1 - Sempre que algum observador seja penalizado, nos termos dos pontos, 4.1, 4.2, 4.3, será o mesmo informado dos motivos e das razões do facto que motivaram a sua penalização.

5 - DETERMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO FINAL

5.1 - A pontuação final é a resultante da diferença entre a pontuação máxima (90 pontos) e a média final das penalizações.

5.2 - A penalização média final corresponderá ao somatório das penalizações dos testes escritos, avaliação dos relatórios técnicos e sanções disciplinares, a dividir pelo número total de jogos realizado pelo observador em causa.

IV CAPÍTULO NORMAS TRANSITÓRIAS PARA A ÉPOCA 2017 / 2018

1. São revogadas as Normas de Classificação – Futebol aprovadas em 26 de julho de 2017.

2. As presentes normas entram em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pela Direção do CA.